

TEMPOS E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DO PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA CAPIXABA

FERREIRA, Maria Geovana Melim - UFES-OBEDUC/SEDU¹
OLIVEIRA, Iraldirene Ricardo de - UFES-OBEDUC/IFES²

1. Introdução

Como participante do Observatório de Educação (OBEDUC) que tem como proposta central o fortalecimento, consolidação e aprofundamento das pesquisas no âmbito da EJA, a partir de um recorte do contexto das políticas de jovens e adultos, esta pesquisa busca situar as experiências produzidas no ProJovem Campo – Saberes da Terra e refletir sobre os desafios da Educação do Campo na interface com a EJA integrada a Educação Profissional que no referido Programa se consubstancia na oferta de escolarização na etapa fundamental de ensino onde a educação profissional constitui-se na qualificação profissional. Espera-se que a sistematização dos dados do Programa, que significa também sistematização de conhecimento no campo da EJA possa trazer subsídios para pensar a formulação de políticas de EJA no ES que avancem nas concepções e práticas. Pretende também contribuir para organizar a documentação e memória do Programa para que possa compor a base documental do Centro de Referência em EJA.

Este estudo busca identificar nas práticas de Alternância Pedagógica e de Integração dos Saberes, procedimentos metodológicos do Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra Capixaba e as possíveis implicações relacionadas ao acesso e permanência de educandos/as no Programa. A reflexão sobre estas práticas busca contribuir com o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos do Campo e as imbricações com a Educação Profissional, pautadas na valorização dos diferentes tempos de aprendizagem, sejam de natureza escolar, na luta social ou na família, onde diferentes saberes são produzidos e articulados.

Partimos da compreensão de que esses sujeitos jovens e adultos estão inseridos num contexto de Campo considerado como território de disputa e expansão do agronegócio,

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista do Observatório de Educação (OBEDUC). Pedagoga da Secretaria Estadual de Educação. E-mail: mgmelim@yahoo.com.br.

²Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Colaboradora do Observatório de Educação (OBEDUC), Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Santa Teresa. E-mail: iraldirenero@ifes.edu.br.

onde as pequenas propriedades vêm sendo ameaçadas pela concentração fundiária, que promove a destruição de sua cultura, a falta de condições básicas de sobrevivência, a precariedade da educação, o que resulta na expulsão das famílias e, conseqüentemente, no fechamento das escolas. Assim, ter acesso a terra é a primeira condição para a garantia da vida no campo, para que o sujeito/trabalhador possa viver com dignidade. Nesse sentido, queremos lembrar a fala de um educando quilombola, Antônio Sapezeiro³, (2011), durante sua participação numa mesa de debate sobre juventude do campo quando, com muita determinação, afirmou que “Ficar no campo não é um fardo, mas sim um desafio”. Scarim (2007) afirma que “há, a partir dos conflitos existentes no espaço agrário capixaba, um processo violento de tentativa de desterritorialização das populações camponesas”.

2. Educação do Campo: concepções em debate.

No atual momento de avanço do capitalismo no campo, a luta pelo acesso aos direitos universais e a atuação dos movimentos sociais demarcam a oposição entre dois projetos políticos distintos: o do agronegócio, que no ES se consubstancia no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG (ESPÍRITO SANTO, 2008), e o do campesinato. O PEDEAG, que propõe a integração competitiva ao mercado global e o avanço das monoculturas do eucalipto, da cana-de-açúcar, da fruticultura, da pecuária, além da exploração de mármore, granito e petróleo, delimita um projeto de educação voltado para a transformação da população em estoque de mão de obra qualificada, de acordo com critérios dos grandes capitais industriais e das empresas integradas em seus arranjos produtivos. O Plano Camponês, em contraposição a essa lógica capitalista que explora a terra como terra de negócio, sinaliza para uma Reforma Agrária Popular, para a produção de alimentos limpos, sem veneno e processos coletivos de beneficiamento e comércio de alimentos de uma agricultura camponesa, indígena e quilombola, imbricadas no projeto de educação na perspectiva da emancipação humana.

A educação praticada nas escolas do campo vem sendo criticamente analisada como um instrumento de expansão da estrutura agrária. Um modelo no qual há predominância de uma concepção urbana de vida, e que não valoriza a cultura, o modo de vida, os valores e as concepções dos camponeses, como se a vida e a cultura desta parcela da população brasileira estivesse predestinado à extinção ou fosse inferior em qualidade (KOLLING *et al*, 1999).

3. Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra: concepção e pressupostos

³Educando da comunidade quilombola do Córrego do Chiado, município de São Mateus, norte do estado do ES.

O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares - ProJovem Campo - Saberes da Terra constituiu-se de uma ação integrada entre o MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); o MDA e o MTE, entre outros. No Espírito Santo, foi assumido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU), não reproduzindo a intersetorialidade prevista na sua origem, contudo, foram preservadas importantes parcerias com os movimentos sociais do campo e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Ao se avaliar o Programa, em princípio, concordamos com Barbosa (2008), que denuncia os problemas relacionados à oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre eles, os “programas paralelos, ações descontínuas, currículos inadequados”, que resultam em desistência significativa dos educandos. Ao mesmo tempo, queremos ponderar e fazer um contraponto com as ideias de Caldart (KOLLING *et al*, 2002, p.26) no que se refere a estas experiências pontuais dos programas, especialmente quando ela nos diz que “não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas da nossa resistência”.

Reconhecido pelo FONEC⁴ como importante ação no sentido do cumprimento do direito a que esses povos fazem jus, criado a partir da demanda e do diálogo direto com os sujeitos organizados desse campo de luta. Nessa ótica, procuramos evidenciar as práticas de Alternância Pedagógica e Integração de Saberes, vivenciadas no percurso formativo do Programa⁵, consideradas positivas para um projeto de educação emancipatória para os jovens e adultos camponeses.

⁴Criado recentemente, com o propósito de se construir um instrumento de fortalecimento e defesa do protagonismo dos camponeses na realização de iniciativas pedagógicas e na interlocução com Estado, visando ao debate e construção de políticas públicas que assegurem o reconhecimento da diversidade e do correspondente direito a uma educação diferenciada aos povos do campo, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC, 2010). O referido fórum tem como objetivo precípuo a análise crítica e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo, bem como a ação política visando à implantação, consolidação e elaboração de proposições de políticas públicas para essa área.

⁵Em nota técnica elaborada pelo FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, o FONEC (2012) assim se posiciona em relação ao Programa: “Mesmo com todas as contradições, há que se reconhecer que o Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra surgiu como um avanço no plano das concepções de Educação do Campo e de metodologia de educação de jovens e adultos no Brasil no âmbito governamental, criando perspectivas para além daquilo que foi inaugurado com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e, como este, tendo sido constituído num processo de mobilização e protagonismos de organizações e movimentos sociais do campo em interlocução ativa junto ao Estado, sendo expressivo de possibilidades políticas e pedagógicas diferenciadas porque se faz como uma ação de educação popular inspiradas nas ideias de Paulo Freire”.

Compreendemos que na EJA a relação dialética entre educação e experiência é fulcral e que a imparcialidade por parte dos educandos/educandas no processo educativo é quase que impossível. Suas experiências de vida, suas lutas, seus desejos, anseios, modificam, às vezes de forma radical, todo o processo educacional interferindo na definição do método de ensino, na formação de educadores, no currículo (THOMPSON, 2002). Essa realidade é muito importante podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. Assim, tomamos a categoria experiência em Thompson (2002) para reforçar a concepção de que os processos educativos dizem respeito às aprendizagens da própria vida, que envolvem relações pessoais, de trabalho e de participação social, não se limitando ao espaço escolar.

Entendemos que, em meio ao conjunto de políticas da educação estadual do ES, o ProJovem Campo-Saberes da Terra, além de representar um desafio político e pedagógico de escolarização, resgatou a discussão sobre a política de EJA Campo e contribuiu para dar visibilidade à discussão da Educação do Campo dentro da Secretaria Estadual de Educação.

4. Alternância Pedagógica e Integração dos Saberes na experiência de formação no ProJovem Campo - Saberes da Terra Capixaba

A Educação do Campo não pode ser entendida como deslocada do conceito de educação popular. Sabemos que esta nasceu fora da escola, mas como concepção de educação ela teve e tem grande influência na educação escolar. A educação popular faz opção pelo resgate da função social da Educação por meio de um novo projeto de sociedade. A Educação do Campo está intimamente ligada aos fundamentos da educação popular, contribuindo com o processo de educação das pessoas que vivem e trabalham no campo, para que se encontrem, organizem e assumam a condição de sujeito na direção de seus destinos, sendo participantes ativos, valorizando seu processo histórico. Nessa perspectiva, construir a Educação do Campo significa formar educadores do Campo para atuarem nos diferentes espaços educativos construindo espaços de participação que favoreçam um desenvolvimento coletivo.

A Pedagogia da Alternância é uma das pedagogias produzidas em experiências de escola do campo brasileiro, mais especificamente nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) voltadas para o atendimento aos filhos dos/as agricultores/as e amparada pela LDBEN 9394/96 em seu artigo 23, a qual estabelece que:

§1º. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, **alternância regular de períodos de estudos**, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (grifo nosso)

A Pedagogia da Alternância considera significativamente a relação homem-natureza e possibilita o desenvolvimento de práticas eficazes para o homem do campo. Trata-se de uma proposta que se preocupa com a relação teoria-prática e que considera os saberes, a cultura, as relações sociais, a luta, na perspectiva de valorizar a aprendizagem dos educandos como ponto de partida para a produção do saber sistematizado, de forma a considerar o que realmente faça sentido para a vida dos sujeitos do campo. Neste sentido, Gimonet (2007, p. 23) afirma que:

A Pedagogia da Alternância elaborou-se não através de teorias, mas, antes, pela invenção e implementação de um instrumental pedagógico que traduzia, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação.[...] prevaleceu à ação, a experiência, o sucesso [...] Uma teorização, não para si mesma, mas como processo de compreensão, ao mesmo tempo para nutrir a experiência, a ação, o terreno, dar-lhes sentido.

No ProJovem Campo - Saberes da Terra a alternância acontece por meio de dois tempos-espacos específicos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. O período de trabalho na família e a vivência na comunidade é uma forma de consolidar informações trazidas da escola para a vida e da vida para a escola tornando este meio um instrumento pedagógico, pois cabe à família e à comunidade o acompanhamento e parte da avaliação do processo educativo do/a educando/a, bem como colaborar na elaboração e execução das pesquisas e dos demais instrumentos pedagógicos que são desenvolvidos neste tempo-espaco formativo ao lado das famílias e comunidades.

Diferente da experiência das EFAs, no Saberes da Terra a Pedagogia da Alternância teve que ser ressignificada para atender a especificidade da modalidade EJA e as relações de trabalho de grande parte das comunidades onde funcionou o Programa. Cerca de 40% das turmas eram compostas por assalariados/as rurais e, por se tratar da escolarização de jovens e adultos que vivem no Campo, mas que nem todos tiram da terra seu sustento, tendo que vender sua força de trabalho nas fazendas (migrantes sazonais) e até mesmo nas cidades, o sentido diferenciado para a alternância foi estabelecido numa relação da escola para além da família, assumindo assim “[...] o sentido da comunidade enquanto espaco físico, social e político como dimensão formativa. Esse espaco inclui a família, mas não a

tem na centralidade” (MOLINA e SÁ, 2011, p. 219), como podemos observar no relato abaixo:

[...] no ProJovem Praça Rica, sempre levamos em consideração a teoria e a prática, um exemplo disso é quando podemos observar a participação do educando na comunidade, nas tarefas em sua propriedade familiar, reconhecendo assim a sua identidade enquanto camponês. Outro exemplo observado é quanto ao envolvimento social do educando, como a participação em associações, igrejas, festas culturais, onde o mesmo tem oportunidade de divulgar os trabalhos desenvolvidos por eles na escola e também no tempo-comunidade (SCARIM et al, 2012, p.178)

Essa prática dialógica está alicerçada em Freire (1983) e permite que as soluções para os problemas postos sejam construídas conjuntamente, o que possibilita a problematização dos próprios saberes e sua relação com a realidade com o intuito de melhor compreendê-la, explicá-la, e, posteriormente, transformá-la. Segundo Fernandes (2012, p.17) a alternância pedagógica do TE e TC nos territórios camponeses se consubstancia em tempos “essenciais porque associam educação e trabalho nos espaços onde as pessoas produzem suas próprias existências”. Para Antunes-Rocha e Martins (ANTUNES-ROCHA *et al*, 2012, p.24) a experiência do TE e TC é considerada como um “princípio para a Educação do Campo” e que “[...] como princípio, a alternância agrega necessariamente o movimento do sujeito no mundo”.

No ProJovem Campo - Saberes da Terra Capixaba, o percurso formativo buscou estabelecer relações entre teoria e prática, a partir da prática social concreta dos educadores/as e educandos/as e esteve constantemente marcado pelas reconstruções de diferentes saberes, fazeres e concepções, a partir de referenciais da Teoria Crítica, nas perspectivas da educação libertadora e da transformação das realidades daquelas comunidades. Isso foi bem definido pela Equipe de Formação Continuada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ao ressaltar que “[...] ensaiou-se uma subversão curricular, uma vez que os conteúdos formativos eram definidos a partir do Eixo Temático e não das disciplinas, como ocorre tradicionalmente” (SCARIM *et. al*, 2012, p. 9). Nesse percurso de formação a partir da práxis, educandos e educandas vivenciam processos de formação, experimentando na prática a alternância pedagógica do TE e TC que se constituiu como princípio e diretriz para organização dos processos formativos no ProJovem Campo-Saberes da Terra. Vivenciam no TE e no TC práticas que se consolidam na integração das áreas do conhecimento a partir dos eixos temáticos, articulados por projetos de qualificação social e profissional como elemento integrador das áreas do conhecimento. Constitui-se assim uma experiência de integração do currículo, que, para a classe trabalhadora, dá sentido à realidade e condições para que possam transformá-la. Na perspectiva de currículo integrado Ramos (2002, p. 78) alerta que:

[...] conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional também se integram. Um conceito específico não é abordado de forma técnica e instrumental, mas visando a compreendê-lo como construção histórico-cultural no processo de desenvolvimento da ciência com finalidades produtivas. Em razão disto, no 'currículo integrado' nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens.

Ramos (2002, p. 261) ressalta a necessidade de engajamento entre o âmbito escolar e a prática social concreta ao conceber que “a proposta de ‘currículo integrado’ na perspectiva da formação politécnica e oninilateral dos trabalhadores [...] busca definir as finalidades da educação escolar por referência às necessidades da formação humana”. Defende que as aprendizagens escolares possibilitavam à classe trabalhadora compreender e interpretar a realidade na perspectiva de transformá-la, tendo como base o desenvolvimento e os espaços/tempos desse movimento de luta existencial.

5. Considerações sobre as pedras no caminho e lutas travadas

A oferta educacional precária evidenciada no presente estudo nos aponta para a necessidade de compreendermos que a negação do acesso à escolarização é uma forma perversa de exclusão que interfere na constituição das trajetórias dos sujeitos do campo. Sabemos, contudo, que um aspecto importante a ser tratado em outros estudos refere-se às questões afetas às dificuldades de permanência na escola que se constituem em outra forma perversa de exclusão da escola. Elas denunciam em seu bojo outras exclusões: às de direito a terra, à saúde, ao trabalho, em suma, direito à dignidade humana.

Diante desses desafios, desenvolvemos a pesquisa na tentativa de poder contribuir para que as reflexões acerca do percurso formativo do ProJovem Campo-Saberes da Terra fortaleça a educação de jovens e adultos camponeses, compartilhando da ideia de Araújo (CALDART *et al*, 2012, p. 255) de que “A EJA no campo brasileiro, tem como desafio instrumentalizar/armar os trabalhadores para que eles possam restabelecer ligações entre as várias áreas do conhecimento e sua relação com a luta de classes”.

A observância dos conhecimentos científicos e práticos dos educandos/as alcançados nas experiências de Educação do Campo e do ProJovem Campo - Saberes da Terra no ES, contou com o envolvimento/participação dos movimentos sociais do campo e de professores /pesquisadores da UFES, possibilitando ressignificar o sentido da EJA para os sujeitos protagonistas desse processo educativo. Nesse sentido, a discussão do Campo se revelou promissora enquanto espaço de aprendizagens e conhecimentos históricos, políticos, geográficos e culturais a partir do momento em que se entende a escola, o trabalho, a reunião, as mobilizações, os encontros, os cursos, as lutas e as conversas como situações

compostas por princípios educativos e de formação. Nessa leitura, os movimentos sociais em defesa da terra, da vida, de educação, do trabalho, da água, da soberania alimentar, da emancipação humana, da justiça social e de cultura também se constituem como movimentos pedagógicos.

Entendemos que é preciso avançar em pesquisas que problematizem estas questões que estão diretamente imbricadas às dificuldades de acesso, permanência e continuidade de uma educação escolar que contemple as características socioculturais da classe trabalhadora e que é necessário lutar pela consolidação de uma educação crítica, democrática e popular, que propicie uma elevação da consciência dos oprimidos, para que, de fato, esses sujeitos atuem como seres humanos livres e conscientes de seu papel na sociedade, compreendendo a educação como possibilidade de emancipação humana e “prática da liberdade” (FREIRE, 1987).

6. Referências

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5)

ARROYO, M. Escola: terra de direito. *In* ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (Orgs). **Escola de Direito: Reinventando a Escola Multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).

BARBOSA, M. J. **Reflexões de educadoras/es e educandas/os sobre a evasão na escolarização de jovens e adultos**. Disponível em http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/maria_jose.pdf acessado em 30/10/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra**. Brasília: MEC / SECAD, 2008. V.1 - (Percurso Formativo)

CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ESPIRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – NOVO PEDEAG 2007 – 2025**. Vitória: Governo do Estado, 2008.

FERNANDES, B. M. Territórios da Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. et al **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (Fonec). **Nota Técnica sobre o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra**.2012. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!topic/pedagogia-educacao-do-campo/2R6uL-cxq4U>. Acesso em: 17 de maio de 2014.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (Fonec). Oficina de Planejamento 2013 - 2014. **Relatório Síntese das conclusões e proposições**. 2013. Disponível em: http://ufrr.br/educarr/index.php?option=com_content&view=article&id=50:relatorio-do-forum-nacional-de-educacao-do-campo-fonec&catid=18&Itemid=102. Acesso em: 17 de maio de 2014.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

KOLLING, E. J.; NERY, F.S.C.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. São Paulo: Perez Gráfica e Editora. 1999.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs). **Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

MEDEIROS, E. & ESTUMANO, E. **ProJovem Campo- Saberes da Terra: EJA com Iniciação Profissional**. Belém/Marabá: UFPA, impresso, 2009.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs). **Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências Piloto**.Belo Horizonte: Autêntica Eitora, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5)

MOLINA, M.C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

SCARIM, P. C. **Entrevista concedida ao Século Diário sobre a ocupação ilegal de terras no Espírito Santo**. 2007. Disponível em: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/listageografia/message/44637>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SCARIM, P. C. et al. **Experiências que brotam da terra: as reflexões e vivências dos educadores e educadoras**. Vitória: GM, 2012. (Coleção ProJovem Campo-Saberes da Terra Capixaba, nº1).

THOMPSON, E. P. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.